

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O PAPEL DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

**Gabriel Henrique dos Santos Ferreira¹, João Vitor Duarte Coelho¹, Camila
Oliveira Nascimento², Ana Enedi Prince¹**

¹ Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, bielhenrique.sjk@gmail.com, quartecoelho16@gmail.com, prince@univap.br.

² Escola Estadual João Cursino, Avenida Engenheiro Francisco José Longo, 782, Jardim São Dimas - 12245-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, camilahistoriadora5@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a reforma do Novo Ensino Médio e seus impactos na formação de professores. A partir de uma perspectiva crítica, fundamentada nas teorias foucaultianas, discutimos a flexibilização curricular, a diminuição da carga horária e como a diluição das disciplinas impactam na formação de professores e na qualidade do ensino. Destacamos a importância do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), como medida de alívio frente a essa realidade, proporcionando um debate acerca de que maneira o PIBID pode ser pensado para minimizar os impactos negativos do novo ensino médio.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, PIBID, Educação Pública

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, História.

Introdução

Em 2007, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recebeu uma nova legislação que ampliou sua responsabilidade de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica. Como parte deste objetivo, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que é gerenciado pela CAPES e oferece bolsas de estudos para estudantes de licenciatura e cursos normais superiores com o objetivo de integrar a academia e o ensino público através da participação ativa desses estudantes.

Desde o seu lançamento em 2009, o PIBID tem crescido significativamente em termos de participação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e número de bolsistas. No ano de lançamento, o programa contava com 3.088 bolsistas, poucos anos depois em 2014, já havia atingido 90.254 bolsistas (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2014), no ano de 2022, a CAPES concedeu cerca de 60 mil bolsas a estudantes.

A partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi estabelecida uma reforma no Ensino Médio que implicou em mudanças significativas na estrutura curricular, redução de carga horária, remoção da obrigatoriedade do trato pedagógico, etc. A reforma pode resultar em um empobrecimento do conhecimento proporcionado aos estudantes do Ensino Médio e um reforço às desigualdades sociais e educacionais no país. Diante desse cenário, torna-se fundamental a reflexão sobre as implicações dessa reforma no âmbito da educação e suas possíveis consequências para a formação crítica e cidadã dos jovens brasileiros.

Assim, o presente estudo é uma tentativa de analisar o PIBID sob a luz da Reforma do Novo Ensino Médio, tendo como questão norteadora - *Qual o impacto do PIBID na formação de professores frente a implementação da Reforma do Novo Ensino Médio?* - para tal, o artigo será baseado principalmente nos documentos fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria da Educação do Governo de São Paulo.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Metodologia

Para a realização do presente artigo, realizou-se o levantamento bibliográfico com o objetivo de buscar referências teóricas que pudessem auxiliar na construção do conhecimento acerca do tema investigado. Para isso, foram utilizados recursos como artigos científicos e teses de mestrado e doutorado, que forneceram uma base teórica sólida e atualizada sobre o assunto em questão. Além disso, foram também analisados documentos relacionados ao PIBID e a formação de professores, como relatórios, leis e projetos, que permitiram uma melhor compreensão do contexto em que o programa está inserido, bem como das políticas e diretrizes que o regem.

Discussão

O PIBID é uma iniciativa governamental brasileira, criada em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de incentivar a formação de professores para a educação básica, através da aproximação entre a teoria e a prática, com o objetivo de valorizar o magistério, bem como a melhoria da qualidade do ensino. O programa é destinado a estudantes de licenciatura, que são selecionados por meio de edital, para desenvolverem atividades de iniciação à docência em escolas públicas, sob a supervisão de professores da rede de ensino e orientação dos docentes da universidade. Durante a atuação no PIBID, os estudantes recebem bolsas de estudo para auxiliar na manutenção e dedicação ao programa, que em fevereiro de 2023 obteve um reajuste de 75%, saindo de R\$400,00 para R\$700,00, após mais de 10 anos sem qualquer aporte por parte do governo, assim incentivando a ingresso de novos participantes. (BRASIL, 2010).

O PIBID é organizado em projetos institucionais, que podem ser desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento, abrangendo disciplinas como matemática, português, química, biologia, história, entre outras. Os projetos têm duração de até dois anos e são acompanhados por coordenadores das universidades e por supervisores das escolas parceiras, que trabalham em conjunto para a promoção de atividades. O programa visa a integração entre as escolas de educação superior e as escolas públicas, por meio da construção de um diálogo entre a teoria e a prática, contribuindo para o desenvolvimento da formação de professores e para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Além disso, o PIBID oferece aos estudantes de licenciatura a oportunidade de vivenciarem a prática docente desde o início da sua formação, possibilitando a reflexão crítica e a construção de novas abordagens pedagógicas. (BRASIL, 2010).

A Reforma do Novo Ensino Médio

A reforma do Novo Ensino Médio, implementada no Brasil em 2017, pela lei N° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, altera as leis de N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica (MEC, 2023). A reforma do Novo Ensino Médio, é uma das principais políticas educacionais do governo federal, sancionada pelo presidente Michel Temer que tem como objetivo transformar o ensino em uma formação mais flexível e com maior ênfase na formação técnico-profissional.

Inicialmente, a reforma do Novo Ensino Médio propõe uma maior flexibilização curricular, dando aos estudantes a possibilidade de escolher a área de interesse que desejam cursar de acordo com suas habilidades e gostos pessoais. No entanto, essa escolha é limitada às áreas de conhecimento que foram previamente definidas pelo governo e que, na verdade, são uma junção de disciplinas do antigo ensino médio, que foram denominadas "Áreas do Conhecimento Integrado". Por exemplo, disciplinas como filosofia, geografia, história e sociologia foram combinadas e transformadas em "Ciências Humanas e Sociais Aplicadas". Em primeira observação, essa mudança visa um suposto protagonismo da juventude frente a escolha daquilo que mais desperte o interesse do aluno, mas, em uma análise mais aprofundada do Currículo Paulista (2020), é possível perceber que as disciplinas estão sendo diluídas, ou seja, a obrigatoriedade de ter aulas específicas de cada disciplina está sendo retirada e substituídas por aulas de competências dessas áreas. Como resultado, há uma perda significativa na

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

geração de conhecimento crítico e reflexivo, que deixa de ser uma formação voltada ao ensino superior, e se torna um ensino voltado à formação técnica para o mercado de trabalho.

Figura 1 - Matriz Curricular do Ensino Médio DIURNO 1ª e 2ª séries em 2022 e 3ª série em 2023.

	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS			Total Aulas Anuais	Total Horas Anuais	
			1ª série	2ª série	3ª série			
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	3	2	400	300	
		ARTE	2	0	2	160	120	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	160	120	
		LÍNGUA INGLESA	2	0	2	160	120	
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	5	3	2	400	300	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	2	2	0	160	120	
		FÍSICA	2	2	0	160	120	
		QUÍMICA	2	2	0	160	120	
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	FILOSOFIA	2	2	0	160	120	
		GEOGRAFIA	2	2	0	160	120	
		HISTÓRIA	2	2	0	160	120	
		SOCIOLOGIA	2	2	0	160	120	
	TOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA			30	20	10	2400	1800
	ITINERÁRIO FORMATIVO	PROJETO DE VIDA	2	2	2	240	180	
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		1	1	1	120	90		
LÍNGUA INGLESA		0	2	0	80	60		
ELETIVAS 1		2	0	2	240	180		
ELETIVAS 2 **		0	2	2	80	60		
ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS**		0	3	3	240	180		
EDUCAÇÃO FÍSICA***		0	2	0	80	60		
APROFUNDAMENTO CURRICULAR****		0	10	20	1200	900		
TOTAL ITINERÁRIO FORMATIVO PRESENCIAL DENTRO DO TURNO			5	15	25	1800	1350	
TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS PRESENCIAIS DENTRO DO TURNO			35	35	35			
TOTAL ITINERÁRIO FORMATIVO EXPANSÃO NO CONTRATURNO			0	7	5	480	360	
TOTAL GERAL DE AULAS SEMANAIS			35	42	40			
TOTAL GERAL DE AULAS ANUAIS			1400	1680	1600	4680		
TOTAL GERAL DE HORAS ANUAIS			1050	1260	1200		3510	

Fonte: Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Educação, 2022.

Os Itinerários Formativos é uma das principais propostas da reforma do Novo Ensino Médio, que busca flexibilizar o currículo escolar e oferecer uma educação mais voltada para o mercado de trabalho. Segundo o Currículo Paulista de 2020, os itinerários formativos são um conjunto de disciplinas e atividades que os estudantes podem escolher com base em seus interesses, habilidades e projetos de vida. Esses itinerários correspondem a 40% do total da carga horária que os alunos devem cumprir durante o ensino médio e são organizados em áreas do conhecimento, como Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Línguas e suas Tecnologias e por fim, Matemática e suas Tecnologias. No entanto, ao analisarmos a redução da carga horária das disciplinas específicas, percebemos que a proposta dos itinerários formativos não visa apenas oferecer uma formação mais personalizada aos estudantes, mas sim uma precarização das disciplinas de pensamento e formação críticas.

Ao entendermos que a reforma do Novo Ensino Médio tem como objetivo principal a adequação do aluno às necessidades do mercado de trabalho, podemos então discutir como não somente as junções de disciplinas prejudicam o requerimento de habilidades críticas e reflexivas, mas como a nova carga horária estabelecida reforça esta ideia. Michel Foucault irá explicar em seu livro "Vigiar e Punir: nascimento da prisão" (1987) que as instituições educacionais, assim como outras instituições sociais,

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

são responsáveis por manter e reproduzir as estruturas de poder existentes na sociedade. Foucault (1987) argumenta que o poder não é algo que algumas pessoas possuem e outras não, mas sim algo que permeia todas as relações sociais, incluindo relações entre professores e alunos.

Foucault mostra como as instituições educacionais operam por meio de mecanismos disciplinares, que visam controlar e normalizar os corpos e comportamentos dos indivíduos. Esses mecanismos incluem a vigilância constante dos alunos, a imposição de horários e rotinas rígidas, etc. Segundo Foucault, esses mecanismos disciplinares não visam apenas manter a ordem e a disciplina na escola, mas também reforçar os interesses e estruturas vigentes na sociedade. Na reforma do Novo Ensino Médio, a alteração da carga horária pode ser vista à luz dos conceitos apresentados por Foucault como uma maneira de limitar o tempo dedicado à reflexão crítica.

Além disso, a formação dos professores é uma questão crucial para a efetividade dos itinerários formativos. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que visa contribuir para a formação de professores, no entanto, o PIBID, por si só, não é capaz de suprir todas as necessidades da formação docente diante dos desafios impostos pela Reforma do Novo Ensino Médio. É preciso que o programa esteja integrado a outras iniciativas que visem a qualificação do ensino e o incentivo à reflexão crítica. Uma das possibilidades seria a realização de cursos de formação continuada para os professores, de forma a qualificá-los para a implementação dos novos itinerários formativos e para o desenvolvimento de metodologias de ensino que, mesmo diante desse tecnicismo da reforma, consiga estabelecer o incentivo a reflexões críticas.

O PIBID, nesse contexto apresentado, pode ser visto como uma medida que alivia a precarização do ensino, uma vez que propõe a formação de professores desde a graduação, e através das experiências práticas em sala de aula, o programa possibilita que os futuros professores desenvolvam habilidades e competências capazes de dialogar com as dificuldades e necessidades da Reforma do Novo Ensino Médio. Assim, o PIBID pode ser visto como uma medida paliativa que minimiza os efeitos negativos da Reforma do Novo Ensino Médio.

Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir que a Reforma do Novo Ensino Médio, apesar de trazer mudanças positivas, apresenta muitas lacunas e falhas que afetam diretamente a qualidade do ensino. A diminuição da carga horária e a diluição de disciplinas críticas e reflexivas são apenas alguns exemplos de como a Reforma pode afetar negativamente a formação dos estudantes.

Nesse contexto, o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) surge como uma importante iniciativa para a formação de professores comprometidos com uma educação crítica e reflexiva. O programa possibilita a formação continuada dos professores, por meio da inserção no ambiente escolar, o que contribui para a aproximação da teoria e prática e a reflexão crítica sobre a prática docente.

Portanto, é importante que sejam realizadas análises sobre a Reforma do Ensino Médio e a formação de professores, buscando identificar e solucionar as lacunas e falhas apresentadas. O investimento em programas como PIBID pode ser uma das soluções para a formação de professores mais preparados para lidar com as mudanças da Reforma.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de RAMALHETE, Raquel. 20ª edição, 1999. Editora Vozes - Petrópolis.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 01/04/2023.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Novo Ensino Médio - Material de Apoio**. 2022. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2022/03/apostila-do-novo-ensino-mdio-16-03-2022.pdf>. Acesso em: 01/04/2023.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

SANTOS, Emily et al. **Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC.** Publicado em 16/02/2023. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/16/novo-ensino-medio-ajustar-ou-revogar-entenda-em-7-pontos-o-debate-que-envolve-alunos-e-mec.ghtml#oque>. Acesso em: 01/04/2023.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Documento Orientador: Implementação do Novo Ensino Médio.** Publicado em Julho de 2021 - São Paulo. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Documento-orientador_Novo-Ensino-Medio-SP.pdf. Acesso em: 01/04/2023.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista: Etapa Ensino Médio.** 1ª Edição - São Paulo, 2020. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURRÍCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-Medio_ISBN.pdf. Acesso em: 01/04/2023

BRASIL. **Decreto n.º 7.219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e dá outras providências. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7219-24-junho-2010-606872-publicacaooriginal-127693-pe.html>. Acesso em: 01/04/2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/sites/www.fe.unicamp.br/files/documents/2021/01/portaria_096_18jul13_aprovaregulamentopibid.pdf. Acesso em: 01/04/2023.

Fundação Carlos Chagas. **Um Estudo Avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).** São Paulo: FCC/SEP, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24112014-pibid-arquivoanexado-pdf>. Acesso em: 01/04/2023

Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - Perguntas e Respostas.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 01/04/2023.